

# A mudança do exercício financeiro

Há anos se vem propondo a mudança do início do exercício financeiro (que coincide com o calendário gregoriano), para que, de janeiro, seja transferido para julho. Tal iniciativa, que já fazia sentido no quadro da antiga Constituição, torna-se agora mais premente ante a nova Carta Magna, que alterou a data da posse do presidente da República. Mais do que isso, num momento em que a Nação atravessa situação particularmente delicada, tal idéia, além de oportuna, torna-se absolutamente necessária para desvincular o novo presidente das injunções de um orçamento, de cuja elaboração não participou, permitindo-lhe assim exercer atuação mais aprofundada no que tange aos rumos da economia nacional.

Foi com esse objetivo que o deputado Francisco Dornelles, ex-ministro da Fazenda, acaba de apresentar projeto de lei complementar, no qual se estabelece que o exercício financeiro da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios se iniciará a 1º de julho de cada ano, encerrando-se a 30 de junho do ano subsequente. Justifica tal mudança a circunstância de o mandato do presidente da República iniciar-se a 1º de janeiro, exceto em 1990, quando se

manterá para tanto a data de 15 de março, com a esperança, todavia, de que, diante da situação atual, venha o presidente José Sarney a renunciar antes desse dia.

Sabe-se que a um presidente da República, em fim de mandato, faltam particularmente forças para propor a um Congresso um orçamento suscetível de adaptar-se a uma nova política. A mudança da data que assinala o início do exercício financeiro teria a vantagem de permitir ao novo presidente apresentar, até 15 de março, um orçamento que se iniciaria em julho, dispondo da Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada anteriormente pelo Congresso. É essencial, ao Executivo, poder propor sua política fiscal, e sugerir ao Congresso uma reforma tributária que, para vigorar num determinado exercício, deve ter sua legislação publicada até o último dia do exercício financeiro anterior. Com o sistema ora proposto, um novo presidente terá de administrar no seu primeiro ano de mandato (reduzido a apenas seis meses) um orçamento elaborado por seu predecessor.

Se esta regra encontra plena justificativa como norma geral, mais ainda se justifica no presen-

te momento, ainda que o caso possa chocar. Em primeiro lugar, cumpre reconhecer que, no quadro da nova Constituição, que valorizou o papel do Legislativo na discussão da nova Lei de Meios, o orçamento para 1990 sofreu grandes dilações, deixando aos membros do Congresso escasso tempo, à véspera das eleições, para proceder à discussão orçamentária.

Por outro lado, enfrenta o País período muito delicado, ante a séria ameaça de hiperinflação, o que vem a exigir profunda reforma fiscal, uma vez que a situação atual encontra origem no déficit público. O novo presidente, a partir de 15 de março (ao que esperamos antes), não terá possibilidade de empreender as reformas necessárias à solução do atual impasse.

Qualquer que seja o candidato eleito, terá de enfrentar uma situação gravíssima, mesmo que se admita que não estaremos ainda em fase de hiperinflação. Reformas importantes terão de ser implantadas pelo menos a partir do segundo semestre, devendo o problema fiscal situar-se no núcleo destas. Sem dúvida não se poderão manter os gastos previstos, mas haverá que pensar, também, numa reformulação da política

tributária. A nova Constituição, com grande vantagem para a Nação, deu maior seriedade ao orçamento. O que exige porém, em contrapartida, respeito ao que foi aprovado. Haverá certamente necessidade de revisão de alguns artigos da Carta Magna, para enfrentar-se a situação do momento, mas cumpriria igualmente que pelo menos não se tocassem no orçamento. Para tanto, deve vigorar o orçamento da nova equipe governamental.

É inaceitável a perda do primeiro ano do mandato do novo presidente, uma vez que a situação econômico-social não o permitirá.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias previu limites para gastos até a posse do novo governo. Tal significa que será possível, em pouco tempo, apresentar um projeto orçamentário (aliás já existente), para seis meses. Mas seria lamentável se não se pudesse dispor dele e aprová-lo para conjurar a crise antes de 30 de junho. A pressão será muito grande: melhor seria que se exercesse no quadro do respeito à legalidade, mediante mudança que a modificação da data do mandato do presidente da República justifica plenamente, com vistas ao futuro.